



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Central de Serviços

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a **AQUISIÇÃO DE MUDAS DE FLORES ORNAMENTAIS PARA ENTREGA AOS MUNICÍPIES NO DIA 02 DE NOVEMBRO DE 2026 (FERIADO DE FINADOS), NOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS DE VITÓRIA/ES**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Código Catmat	Descrição	Natureza de despesa	Unidade de Medida	Quantidade
01	340851	Muda de flor ornamental de pequeno porte, de 15 a 25 cm, florida, em vaso plástico nº 11. Especificação detalhada no Anexo I.	3.3.90.32.99	und	5.000

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 20.934/2022.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO

2.1. A Central de Serviços é a pasta responsável pela gestão dos Cemitérios do município de Vitória, diretamente vinculados à Gerência de Manutenção de Serviços. Atualmente a Capital possui 2 (dois) cemitérios municipais, sendo um localizado em Maruípe (Cemitério da Boa Vista) e o outro em Santo Antônio, aos quais realizam serviços de velório, sepultamento (inumações), remoção e exumações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo
Central de Serviços

2.2. No mundo ocidental, o dia 02 (dois) de novembro é dedicado à memória de pessoas falecidas, onde essa data é considerada como feriado nacional em todo o território brasileiro. Nesse dia, os cemitérios recebem grande número de visitantes, aos quais se dirigem a esses espaços no intuito de rememorar o ente falecido e prestar homenagem à lembrança existente daquela pessoa.

2.3. Desse modo, anualmente, a Central de Serviços se dedica a garantir condições de logística para esses visitantes nesses equipamentos públicos, de modo que toda a estrutura administrativa e organizacional desse espaço é voltada à melhor atender a população nesse momento especial de dedicação de afeto e consideração ao seu Ente querido.

2.4. Nesse sentido, visando garantir bem-estar e pensando nas pessoas que por ali transitam nessa data, faz-se necessária a aquisição de mudas de flores ornamentais para fornecimento gratuito aos munícipes no dia 02 de novembro de 2026 (feriado de Finados), como gesto simbólico de homenagem e solidariedade às famílias que visitam seus entes queridos, sobretudo para dar acalento neste momento tão importante para muitas famílias.

2.5. Cabe destacar que foi aberto o Processo Administrativo nº 3218569/2026 para aquisição de flores por meio de Ata de Registro de Preços, com o objetivo de adquirir as flores por meio de processo licitatório regular. Ocorre que os trâmites do processo foram morosos e a licitação ainda se encontra na fase de qualificação técnica, não havendo tempo hábil para sua conclusão antes do feriado de Finados.

2.6. Pelo exposto, faz-se necessária a contratação direta para aquisição de 5.000 (cinco mil) mudas de flores ornamentais, a serem distribuídas exclusivamente nos cemitérios municipais no Dia de Finados, sendo 3.000 (três mil) unidades no Cemitério Municipal da Boa Vista (Maruípe) e 2.000 (duas mil) unidades no Cemitério Municipal de Santo Antônio.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo
Central de Serviços

3.1. A presente aquisição será realizada por **DISPENSA DE LICITAÇÃO** com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, de forma eletrônica.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas para a aquisição dos materiais decorrentes da presente contratação correrão à conta da Dotação Orçamentária: 47.01.00.15.451.0012.2.0118 - Elemento de Despesa: 3.3.90.32.99 - Fonte do Recurso: 1.500.0000.0000 e/ou 2.500.0000.0000 - Origem do Recurso: Próprio.

5. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

5.1. Não será admitida a participação de empresas constituídas sob a forma de **CONSÓRCIO**, tendo em vista que o objeto da contratação possui baixa complexidade técnica e operacional, não demandando a conjugação de capacidades empresariais para sua adequada execução.

6. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1. Para julgamento da proposta será adotado critério de **MENOR PREÇO**.

7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Constitui infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a prática, pela Proponente/Contratada, das seguintes condutas:

- I.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III.** Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV.** Deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo
Central de Serviços

V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação ou a execução do contrato;

IX. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. A Proponente/Contratada que incorrer em quaisquer das infrações administrativas previstas no subitem anterior poderão ser aplicadas, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, nos casos de inexecução parcial, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Vitória, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas previstas nos incisos de II ao VII, do subitem 7.1, desde que não se justifique a imposição de penalidade mais gravosa;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, quando praticadas as condutas previstas nos incisos de VIII ao XII, do subitem 7.1, bem como aquelas previstas nos incisos de II ao VII do mesmo subitem, quando justificarem a imposição de penalidade mais grave;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo
Central de Serviços

7.2.4. Multas:

I. Multa Moratória: Por atraso injustificado na entrega do objeto, até o limite de 03 (três) horas: 0,6% (seis décimos por cento) por hora de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida.

II. Multas Compensatórias:

a) Por atraso injustificado na entrega do objeto superior ao limite estabelecido para incidência da multa moratória, bem como nas hipóteses previstas nos incisos IV, V e VII, do subitem 7.1, será aplicada multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor total do Contrato/Autorização de Fornecimento (AF), com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho Total ou Parcial;

b) Nas hipóteses previstas nos incisos II, III, VI, VIII, IX, X, XI e XII, do subitem 7.1, será aplicada multa compensatória de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato/Autorização de Fornecimento (AF), com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho Total ou Parcial.

7.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo específico que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao proponente/contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e nas normas de procedimento padrão, adotadas pelo Município de Vitória.

7.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos no Decreto Municipal nº 16.522/2015.

7.5. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública, previstas na Lei nº 12.846/2013 seguirão seu rito previsto na Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo
Central de Serviços

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

7.8. Na aplicação das sanções, serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública, e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.9. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 da Lei 14.133/21.

8. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1. Para habilitação jurídica da proponente, deverão ser apresentados os seguintes documentos, quando couber:

I. REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresa individual;

II. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL E SUA CONSOLIDAÇÃO ou alterações em vigor;

III. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Central de Serviços

autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

IV. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades civis, acompanhada de documento de eleição da diretoria em exercício;

V. CERTIFICADO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – CCMEI, em se tratando de Microempendedor Individual.

9. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.1. Para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

II. Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais;

III. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;

IV. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

V. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

VI. Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

10. DAS INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A **GESTÃO** desta aquisição será realizada pela servidora **MARIA LUIZA ALVES DE OLIVEIRA**, matrícula 642285, telefone (27) 3382-6558, e a **FISCALIZAÇÃO** será realizada pela servidora **RUTENEIA PEREIRA DE SOUZA HELMER**, matrícula 623208, telefone (27) 3382-6558, ou por outro servidor designado, por meio de Ato de Designação do Secretário da Pasta requisitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo
Central de Serviços

11. DOS LOCAIS, PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

11.1. O proponente vencedor será convocado pela Administração, para assinar o Termo de Contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 01 (um) dia útil a partir da data da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

11.2. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo seja aceito pela Administração.

11.3. A entrega do objeto da presente aquisição dar-se-á em **remessa única**, no dia **01 de novembro de 2026** (véspera do feriado de Finados).

11.4. A(s) entrega(s) deverá(ão) ser realizada(s) nos seguintes endereços e quantitativos:

11.4.1. Cemitério Municipal da Boa Vista - Av. Adolfo Cassoli, 318, Maruípe, Vitória/ES, CEP 29048-550: **3.000 (três mil) unidades;**

11.4.2. Cemitério Municipal de Santo Antônio - Av. Santo Antônio, 1650, Santo Antônio, Vitória/ES, CEP 29027-070: **2.000 (duas mil) unidades.**

11.5. O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de emissão da Autorização de Fornecimento (AF).

11.6. O horário de recebimento será até às **16h00 (seis horas) do dia 01/11/2026**, impreterivelmente.

11.7. O recebimento do objeto será realizado pelo Coordenador de cada Cemitério ou por outro servidor designado pela Municipalidade.

11.8. O local de fornecimento poderá sofrer alteração, a critério da administração, mediante prévia comunicação ao Fornecedor.

11.9. O fornecedor deverá atentar para o cumprimento dos prazos, sob pena de aplicação de sanção, em caso de atraso injustificado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo
Central de Serviços

11.10. As mudas deverão ser entregues floridas, em bom estado fitossanitário, livres de pragas e doenças e em condições adequadas para distribuição imediata à população.

11.11. A entrega deverá acompanhar cópia da Autorização de Fornecimento (AF) ou a Nota Fiscal que deverá conter os dados principais do processo de aquisição (nº Processo e nº AF) a fim de facilitar o recebimento do objeto e agilizar o processo de pagamento.

11.12. O fornecedor fará constar da nota fiscal os valores unitários e respectivos valores totais em conformidade com o constante da correspondente nota de empenho ou contrato, atentando para as inexatidões que poderão decorrer de eventuais arredondamentos.

11.13. O fornecedor deverá garantir a qualidade do objeto, devendo, ainda, quando solicitado, substituir prontamente o que porventura não atenda aos requisitos contratados, sob pena das sanções cabíveis.

11.14. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências constantes neste Termo de Referência e na proposta.

11.15. O recebimento provisório deverá ocorrer de forma imediata (no ato da entrega do objeto).

11.16. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo máximo de 02 (duas) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.17. Os bens serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo
Central de Serviços

11.18. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

11.19. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da contratação.

12. DO CONTRATO

12.1. Nos termos do art. 95, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, o instrumento de contrato será substituído pela Autorização de Fornecimento (AF) e respectiva Nota de Empenho, por se tratar de dispensa de licitação em razão do valor e de compra com entrega imediata e integral dos bens, da qual não resultam obrigações futuras.

13. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. A Contratada obrigará-se a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas na Autorização de Fornecimento (AF) e/ou Contrato, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto da contratação.

15. DO REAJUSTAMENTO

15.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, a partir de quando poderá ser concedido reajuste, a contar da data do orçamento da PMV, com base no índice **IPCA-IBGE** ou outro índice que vier a substituí-lo, desde que devidamente comprovado e aceito pela Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo
Central de Serviços

15.2. A resposta ao pedido de reajustamento, quando ocorrer, será concedida no prazo máximo de 02 (dois) meses.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento deverá ser solicitado pela CONTRATADA por meio da apresentação no Protocolo Virtual do Município de Vitória (protocolo.vitoria.es.gov.br) da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

16.2. A liquidação da despesa será realizada no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo do objeto.

16.3. Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo do objeto, o fiscal da contratação deverá encaminhar imediatamente (no mesmo dia) o processo para o setor responsável pela liquidação da despesa.

16.4. O pagamento será efetuado no prazo de até 07 (sete) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

16.4.1. Para atesto do fornecimento serão observados os seguintes aspectos:

- a) Critério de Avaliação: "Fornecimento";
- b) Tipo de pagamento: "Único".

16.5. A(S) NOTA(S) FISCAL(IS) OU DOCUMENTO(S) DE COBRANÇA EQUIVALENTE(S) DEVERÁ(ÃO) SER EMITIDA(S) PARA CADA FONTE DE RECURSO, COM A RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO COMPLETO DO ÓRGÃO REQUISITANTE, CONSTANTES NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

16.6. Na emissão da Nota Fiscal, o fornecedor deverá descrever: o objeto, obrigatoriamente, em conformidade com a descrição contida em sua proposta; o número do processo que originou a contratação; o número da Autorização de Fornecimento (AF); e dados bancários, com indicação do banco, agência e conta.

16.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo
Central de Serviços

até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.8. A Nota Fiscal ou Documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada dos seguintes documentos:

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

II. Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais;

III. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;

IV. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, que deverá atender ao seguinte:

a) Comprovar a regularidade referente aos Tributos Mobiliários, inerentes às atividades comerciais (ISS/ISQN e outros);

b) Comprovar a regularidade referente aos Tributos Imobiliários, inerentes à posse, propriedade e/ou domínio útil de imóveis (IPTU e outros), ou documento equivalente quando não possuir registro junto ao respectivo Cadastro Imobiliário.

V. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

VI. Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

VII. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Municipal de Vitória.

16.9. Demais documentos comprobatórios e necessários ao pagamento à CONTRATADA encontram-se definidos na Norma de Procedimento do Sistema de Contabilidade nº 02 (SCO-NP 02) - Liquidação da Despesa, disponibilizada na íntegra no endereço eletrônico do Portal de Serviços da Prefeitura Municipal de Vitória (<https://portalservicos.vitoria.es.gov.br/>).

16.10. Constatada a situação de irregularidade em quaisquer das certidões da CONTRATADA, ela será notificada, por escrito, sem



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo
Central de Serviços

prejuízo do pagamento pelo objeto já executado, para, num prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de rescisão contratual.

16.11. Os pagamentos poderão ser sustados pela Contratante nos seguintes casos:

I. Não cumprimento das obrigações assumidas que possam, de alguma forma, prejudicar o requisitante;

II. Inadimplência de obrigações assumidas pelo fornecedor para com o Município de Vitória, por conta do estabelecido neste Termo de Referência;

III. Erros ou vícios na(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s).

16.12. É vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação.

16.13. É expressamente vedado a contratada a cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

16.14. A CONTRATANTE poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pelo fornecedor, em decorrência de inadimplemento das obrigações aqui assumidas, facultando o exercício do contraditório.

16.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser atualizado monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$VM = VP \times (I / 360) \times N$$

Onde:

VM = Valor da multa financeira;

VP = Valor da nota fiscal referente ao mês em atraso;

I = IPCA-IBGE;

N = Número de dias em atraso.

17. DA AVALIAÇÃO DE RISCO DE FORNECEDOR

17.1. O proponente vencedor, no ato da assinatura do contrato ou de instrumento equivalente, bem como em eventual celebração de



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo
Central de Serviços

aditivos contratuais, será submetido à Avaliação de Risco de Fornecedor, conforme disposto no Decreto Municipal nº 24.403/2024.

17.1.1. A Avaliação de Risco de Fornecedor será realizada por meio de sistema informatizado próprio, destinado à coleta de informações sobre a CONTRATADA, e compreenderá procedimentos automatizados, independentemente de declaração da CONTRATADA, além de incluir uma parte autodeclaratória.

17.1.2. A parte autodeclaratória da Avaliação de Risco de Fornecedor será realizada por meio de questionário a ser enviado ao proponente no momento da assinatura do contrato ou termo aditivo.

17.1.3. O fornecimento das informações para a Avaliação de Risco de Fornecedor é obrigatório, sendo que a apresentação de informações falsas implicará na rescisão do contrato, na abertura de processo administrativo de responsabilização na forma da Lei Federal nº 12.846/2013, por "*fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente*", e na denúncia aos órgãos competentes em razão da utilização de documentos falsificados.

17.2. O proponente vencedor obriga-se a conhecer e observar as diretrizes do Sistema de Integridade Municipal - SIM Vitória.

17.3. As informações, os documentos produzidos e os dados pessoais coletados e tratados no âmbito do processo de realização de diligências e coleta de informações serão utilizados, exclusivamente, para fins da Avaliação de Risco de Fornecedores, observada a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

18.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal,



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo
Central de Serviços

na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

18.1.2. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

18.1.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

18.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

18.1.5. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

18.1.6. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta contratação;

18.1.7. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.;

18.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Município de Vitória;

18.1.9. Entregar as mudas floridas, plantadas em vaso plástico tipo viveiro, na cor preta, tamanho nº 11, com furos para drenagem;

18.1.10. Responsabilizar-se pelo adequado acondicionamento, transporte e entrega das mudas, garantindo que os produtos cheguem em perfeitas condições de uso e apresentação;

18.1.11. Substituir, no prazo fixado neste Termo de Referência, as mudas que apresentarem danos, murcha, ausência de floração, pragas ou doenças;

18.1.12. Arcar com qualquer tipo de despesa que venha onerar o fornecimento, tais como transporte, carga e descarga nos locais de entrega.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Central de Serviços

19.1. São obrigações da CONTRATANTE:

19.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

19.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

19.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

19.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

19.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

19.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Vitória (ES), de outubro de 2026.

CRISTIANE FRANÇA FURTADO
Assinado de forma digital por
CRISTIANE FRANÇA FURTADO
48
-03'00'

CRISTIANE FRANÇA FURTADO

Assessora Sênior

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

ELDER FERNANDES ALVES
Assinado de forma digital por
ELDER FERNANDES ALVES
Dados: 2026.10.13 16:52:25 -03'00'

ELDER FERNANDES ALVES

Subsecretário de Gestão da Central de Serviços
Setor Requisitante



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Central de Serviços

**APROVO OS TERMOS CONSTANTES DO PRESENTE DOCUMENTO E AUTORIZO O
PROSSEGUIMENTO DA CONTRATAÇÃO.**

JOAO VICENTE
PORTELLA COUTO
NETO

Assinado de forma digital por
JOAO VICENTE PORTELLA COUTO

Dados: 2026.10.13 16:53:22 -03'00'

JOAO VICENTE PORTELLA COUTO NETO

Assessor Especial da Central de Serviços
Ordenador de Despesas



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo
Central de Serviços

**ANEXO I (DO TERMO DE REFERÊNCIA) – ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO
OBJETO**

ITEM 01 – CATMAT 340851 – QUANTIDADE: 5.000 UNIDADES

Muda de flor ornamental de pequeno porte: tipo FLOR-DA-FORTUNA, com altura aproximada entre 15 cm e 25 cm, adequada para cultivo em ambiente externo, com boa adaptação climática e resistente à exposição direta ao sol, apresentando bom estado fitossanitário, livre de pragas e doenças, com folhagem e estrutura radicular bem desenvolvidas.

A muda deverá ser fornecida acondicionada em vaso plástico tipo viveiro, na cor preta, tamanho nº 11, com furos para drenagem, adequado para mudas ornamentais de pequeno porte e resistente à exposição às intempéries.

No ato da entrega, todas as mudas deverão estar floridas e adequadas para distribuição direta à população.

Distribuição: Cemitério Municipal da Boa Vista (Maruípe) – 3.000 (três mil) unidades; Cemitério Municipal de Santo Antônio – 2.000 (duas mil) unidades.

O documento foi adicionado eletronicamente por CRISTIANE FRANCA FURTADO, CPF: ***.58.607-** em 13/10/2026 16:56:46. Para verificar a autenticidade do documento, acesse: <https://protocolo.vitoria.es.gov.br?validacao> e informe o código abaixo:

A5DD3B47-37BA-44DA-8723-0F5BCAE5C8AF